

# DE MILITANTE A “REPRESENTANTE DO GOVERNO”: LIDERANÇAS NEGRAS NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS E SUAS CONDIÇÕES DE PODER

GT 13: Reforma do Estado, Governabilidade e Democracia

Aline Ferreira da Silva Costa  
(Doutoranda em Sociologia, UFS)

## **Resumo:**

Este trabalho é um recorte da tese de doutorado em desenvolvimento intitulada: “Os militantes no poder: lideranças negras nos espaços institucionais em Sergipe”. Tomando como espaço investigativo o cenário que conforma a emergência de lideranças negras nos espaços de Governo no Estado de Sergipe, a proposta aqui lançada é discutir de que forma estas lideranças estão presentes nestes espaços, analisando o tipo de atividades desenvolvidas, a forma como as mesmas são desenvolvidas e as reais condições de manifestação de poder nos espaços onde as lideranças atuam. Para tanto, a análise contempla dois momentos principais: o primeiro refere-se à descrição do universo político, social e discursivo que possibilitou a aproximação entre lideranças negras e governo num mesmo espaço de poder; o segundo contempla as possibilidades de atuação das lideranças negras nos espaços governamentais, imprimindo, aí, a descrição do perfil das ações desenvolvidas e também das não desenvolvidas.

**Palavras-chave:** democracia, militantes negros, poder.

## **Resumen:**

Este documento es un resumen de la tesis doctoral en el desarrollo titulado: “Los militantes en el poder: el liderazgo negro en los espacios institucionales en Sergipe”. Teniendo como escenario el espacio de investigación que da forma a la aparición de líderes negros en puestos de gobierno en el estado de Sergipe, la propuesta lanzada aquí es discutir cómo estos líderes están presentes en estos espacios, analizando el tipo de actividades, como la misma se desarrollan y las condiciones reales de la manifestación del poder en los espacios en los que actúan los líderes. Por lo tanto, el análisis abarca dos fases principales: la primera se refiere a la descripción del universo político, posible acercamiento social y discursiva entre los líderes negros y el poder del gobierno en el mismo espacio, el segundo incluye las posibilidades de rendimiento del liderazgo negro en espacios públicos, la impresión, allí, la descripción del perfil de las acciones tomadas y sin desarrollar.

**Palabras-clave:** democracia, el poder negro militante.

## **INTRODUÇÃO**

A proposta de analisar os processos contemporâneos da relação entre o Estado e a sociedade civil, exigiu da nossa pesquisa um debate mais profícuo a cerca do que governo e movimentos sociais elegem como participação ou “estreitamento da relação”. A análise de tais referenciais é fator indispensável não somente pra encararmos as teorias contemporâneas sobre as dinâmicas que envolvem estados e sociedades democráticos, mas, sobretudo os mecanismos que são acionados para consolidar tipos universais e específicos de democracia. No caso aqui investigado, o enaltecimento de propositivos

que nos falam de uma comunidade negra que ambiciona por espaços de poder (institucional), e de um Estado que se afirma no discurso de abertura deste poder, nos permite perceber dinâmicas que tanto aproximam de um ideal universal de “democracia participativa”, quanto exige o reconhecimento de manifestações específicas, como o reconhecimento de um Estado “multi-representativo” (das raças, dos gêneros, das etnias).

Compreendendo que tais narrativas são capazes de revelar mais que um discurso ideal a respeito de como deve ser um regime democrático, tomamos os mesmos como disposições que guiam a vida prática da política. Afinal, a abertura para participação de diversos segmentos nos espaços institucionais, bem como a criação de novos espaços de participação e tomada de decisão, acabaram por gerar novos redesenhos institucionais e novos processos de gestão da democracia. Assim, saber como quais são estas reestruturações, como elas implicam, de fato, na possibilidade de concretização de ações e quais são os obstáculos e desafios ainda enfrentados, são parte das questões norteadoras da pesquisa.

Nesta pesquisa, foram referenciais teóricos indispensáveis autores como ARATO e COHEN (1994), MOUFFE (1996), BOBBIO (2000), SANTOS e AVRTITZER (2002), HABERMAS (2002), os quais, sob perspectivas diferentes, nos falaram da participação em suas diversas variações: como técnica de gestão, como elemento de emancipação/mudança social, como elementos da descentralização do Estado, como elemento do pluralismo social, dentre outras. Além disso, estudos como os de RIOS (2008), GOMES e ALVES (2011), BARBOSA (2011) nos ajudaram a estabelecer uma relação entre as questões maiores que envolvem a participação e o estado democrático e o movimento negro em Sergipe, permitindo pensarmos nas formas de acesso a gestões ditas democráticas e participativas.

Ainda de forma baste inicial, as principais conclusões a despeito deste cenário nos informa sobre os inúmeros obstáculos presentes no processo que envolve o estreitamento da relação Estado/Sociedade civil. Dentre outros fatores, as condições de acesso a governabilidade, a discrepância entre necessidade de agir e as condições para agir e a falta de um olhar cooperativo das instituições e gestores, acarretam em um quase idealismo democrático, que existe quase que exclusivamente como expectativa e não como prática.

## 1 – A emergência de lideranças negras nas esferas institucionais em Sergipe

A fim de realizarmos um estudo empírico a cerca do cenário político que vem sendo consolidado em torno da política de aproximação entre “Estado” e movimentos sociais, tomaremos o espaço analítico do Estado de Sergipe para investigarmos as questões anteriormente citadas. Sem negligenciar a existência de outras realidades possíveis, tomamos este espaço por percebermos nele características bastante representativas das mudanças que vêm ocorrendo na política brasileira.

### 1.1 A questão racial em Sergipe

Um primeiro ponto a ser destacado do cenário que tomamos como objeto desta pesquisa é a **relevância político-social que os movimentos organizados assumiram no trato da questão racial em Sergipe**. Estruturado no Estado desde os anos 1960, com a criação do GRFACACA (Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadoristas/Casa da Cultura Afrosergipana), consolidando-se na década de 1990, com o trabalho desenvolvido pela SACI (Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania) e chegando ao início do século XXI com uma variedade considerável de organizações<sup>1</sup>, o

<sup>1</sup> Sociedade Omoláyé, Associação Abaô, Terreiro Filhos de Obá, Sociedade Omolaixé, Sociedade Ilê Axé Odê Mobire, CONEN, Associação Criliber – Criança e Liberdade, Banda Guerreiros Revolucionários, Neab – Núcleo de Estudos Afro-

movimento negro em Sergipe passou a ser mais representativo em termos simbólicos e práticos. Podemos dispor de tal afirmativa se observarmos que, de um lado, reivindicando reconhecimento político-social, os movimentos negros organizados passam a: afirmar e divulgar a cultura afro-brasileira como sinônimo da identidade negra no Estado; denunciar os casos de discriminação racial; e afirmar os exemplos de resistência negra, a exemplo das comunidades quilombolas e das manifestações religiosas. De outro lado, em termos mais pragmáticos, o movimento negro em Sergipe passou a anunciar-se nos últimos anos tanto como reivindicadores de políticas públicas, como representantes institucionais da causa negra, na forma de gestores institucionais e/ou representantes políticos.

Paralelamente a formação do cenário ora destacado, podemos enfatizar o **perfil da política partidária que se formou no Estado de Sergipe nos últimos anos**. Reflexo, em grande parte, do discurso nacional, alguns representantes políticos de Sergipe (tanto do Estado quanto de municípios) passaram a adotar o pressuposto da “justiça sócio-racial” como base de suas políticas institucionais. Neste caso, além do discurso de promoção de ações que visam o reconhecimento da população negra sergipana por parte dos representantes políticos do Estado, observamos ainda a formação de quadros institucionais que tratam especificamente da questão negra em Sergipe. Conforme observaremos no *Quadro I*, houve no Estado o surgimento de algumas instituições com o fim de tratar da promoção da igualdade racial, revelando, assim, traços da influência política que a questão passa a ter no cenário sergipano.

Por fim, destacamos um terceiro ponto da questão racial em Sergipe, o qual decorre, direta ou indiretamente, do cenário anteriormente descrito: a **formação de um quadro de lideranças negras assumindo o poder institucional no Estado de Sergipe**. Conforme podemos observar também no *Quadro I* fica evidente que o movimento negro em Sergipe vivencia um processo de rearticulação, passando, agora, de um cenário de manifestação civil, para inserir-se no espaço de representação política da agenda de promoção da igualdade racial.

#### **Quadro I: Lideranças negras nos espaços institucionais em Sergipe**

| <b>Órgão</b>  | <b>Profissional</b>                                   | <b>Perfil</b>   |
|---|---|---|
| Assessoria de Promoção da Igualdade Racial (ASPIR)  | (2003-2013)   | Vários assessores ligados a militância negra e/ou organizações não governamentais que lidam com a causa negra |
| Coordenação de Igualdade Racial de Sergipe (COPPIR) – vinculada à Secretaria Estadual do Trabalho | José Pedro dos Santos Neto (2004-2005)<br>(2007-2010) | Negro;<br>Ex dirigente da SACI – Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania;                             |
| Assessor da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial   | Irivan de Assis (2009-2013)                           | Negro;<br>Militante do movimento negro e da capoeira  |
| Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial   | Florival Souza Filho (2011-2012)                      | Negro;<br>Militante do movimento  |

---

brasileiros, Associação de Capoeira Marleau Ponty, Secretaria de Igualdade Racial de São Cristóvão, Secretaria de Inclusão Racial de Laranjeiras, Secretaria de Igualdade Racial de Nossa Senhora do Socorro, Movimento Negro Unificado, Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas (GRUMAQ), Associação Luz do Oriente, Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira, Núcleo da Educação da Diversidade e Cidadania, Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe (COPPIR), Movimento Negro Independente (MNI), União de Negras de Aracaju, dentre outros.

|   |                               |  |
|---|-------------------------------|--|
| (COPIR)   |                               | negro.   |
| Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Aracaju                  | Andrey Roosevelt Chagas Lemos | Negro;<br>Fundador do UNEGRO e milita na causa LGBT  |
| Secretaria Municipal de Inclusão Racial de Laranjeiras <sup>2</sup> | Givalda Maria Santos          | Líder comunitária do Quilombo Mussuca;<br>Presidente do PT em Laranjeiras;<br>Ex-secretaria de cultura;<br>Solicitou a criação da Secretaria de Inclusão;<br>Ativista do MNU |
| Fórum permanente de diversidade étnico-racial                       | Sônia Oliveira                | Oriunda do movimento negro;<br>Trabalhou na Secretaria de Inclusão e Assistência Social, sendo responsável pela política para os Terreiros;<br>Coordenadora do Omoláiyé      |

Fonte: (CEAFRO, 2009) e entrevistas realizadas entre 2011-2013.

A descrição e contextualização deste cenário estão relacionadas, aqui, à tentativa de situar a visível aproximação que existe entre o movimento negro em Sergipe e o poder estatal, visando problematizar essa proximidade e a possibilidade de Estado e sociedade civil organizada (através do movimento negro) estarem se lançando em um universo de “aberturas”, “negociações” e “mediações”.

A partir de alguns estudos realizados a cerca do movimento negro em Sergipe (DANTAS, 2003; CEAFFRO, 2009; SOUZA, 2011; 2012) podemos dizer que, a estruturação do quadro ora apresentado é capaz de nos revelar mais do que a composição de um quadro de dirigentes. Isso porque, com base no relatório de pesquisa elaborado pelo CEAFFRO<sup>3</sup> (2009), fica evidente que a relação Governo/movimento negro em Sergipe ocorre em meio a um cenário nem sempre consensual e muitas vezes conflitivo. Isso acontece, sobretudo, devido aos posicionamentos diferenciados em torno de como a questão racial deve ser vista e gerida, assim como, pelo conflito entre demandas por direitos coletivos e a garantia de vantagens individuais.

A partir dos relatos do CEAFFRO (2009) e da análise de Dantas (2003), é possível perceber que no Estado de Sergipe existem algumas formas de conflitos que são bastante ilustrativas da forma como a questão racial é tratada nestes espaços. Um destes conflitos se dá em nível da relação entre as entidades do movimento negro em Sergipe. Em termos gerais, podemos dizer que há entre elas, uma forte disputa, tanto em termos de comando, quanto em termos de enfoque da questão racial, conforme disposições abaixo:

DANTAS (2003: 26):

As disputas nos movimentos negros sergipanos, assim como os discursos a cerca da atuação das entidades negras, se cristalizaram de tal forma que, em

<sup>2</sup> <http://www.laranjeiras.se.gov.br/sec-inc-racial.asp>

<sup>3</sup> Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial.

1998, o Fórum de Entidades Negras de Sergipe (FENS) foi desarticulado, expondo as divergências de direção política das entidades que o integravam.

CEAFRO (2009:05):

Ficou a impressão de que os religiosos vêm assumindo a pauta dos movimentos negros e que há insatisfação em relação ao movimento negro tradicional, no que diz respeito a cooptação política. Acreditam que os terreiros ainda não incorporam o discurso do movimento negro e, segundo entrevista, “A prática da questão racial nos terreiros é praticamente inexistente”. “Chega o povo de santo ser massa de manobra na mão das pessoas, por falta de conhecimento”, afirmou o Ialorixá.

Além destas dissidências que ocorrem em nível de organizações do movimento negro, observamos ainda um segundo ponto: dissidências entre o posicionamento de militantes negros que assumem alguma forma de poder institucional e os demais militantes negros. Entre estes, o ponto de tensão gira em torno da (1) forma como as políticas de promoção da igualdade racial são conduzidas e da (2) forma como os militantes representam ou não (representam) as demandas do movimento quando “eleitos” para falar em nome dele. Podemos observar tais afirmativas a partir da leitura do trecho abaixo, referente aos “militantes negros no poder”, elaborado por Severo D’Acelino (2008), militante negro, fundador do dito “movimento negro moderno” (c.f DANTAS, 2003) e da Casa da Cultura Sergipana:

**O Movimento Negro foi transformado, reduziu sua filosofia ancestral abolicionista, reivindicatória, resistente.** Hoje é sobrevivente e está dividido em facções e tendências, simples reprodutor das palavras de ordens dos partidos, sindicatos e dos governos. Está classificado em: Ideológico; Partidário; Governista; Chapa Branca; De Aluguel. Reproduz tudo que a sociedade faz contra o Negro, tudo que o governo faz contra a comunidade e se transformou em grupo de aplauso governista. **Seus dirigentes no afã de ocuparem cargos no espaço de poder, traem com facilidade extrema a filosofia do Movimento e alça vôo em busca de outros espaços, renegando o signo de luta e se transformam em algozes dos antigos companheiros e do coletivo negro, facilitando tão somente artigos e favores para seu grupo e facção para se fortalecer e destruir os demais impedindo-os de terem sucessos em seus projetos e empreendimentos, a não ser que tenha suas chancelas, que logo mais será utilizada como moeda de troca.** São os executores das ações do poder contra o coletivo negro. Executam as ordens sem questionar se as ações são positivas ou não. São os **Capitães do Mato do coletivo, os carcereiros e decaptadores** dos que se insurgem contra as ações do governo. São os grupos de força bruta do governo, os **delatores do movimento**, são os **informantes do poder**, e nada será novidade no âmbito do controle dos banidos, estão disfarçados e ou tem informantes em todos os grupos: Quilombolas, Camdomblé, Capoeira, Hipp Hoppe, Reggae, Estudantil, Dança, Esportes, Música, GLS, Associações de Moradores, Grupos Culturais, repartições públicas, policia militar, defensoria, sindicatos, grêmios estudantis etc. (Severo D’Acelino. 2008 in: <http://ajagun.blogspot.com.br/2008/10/movimento-negro-sergipano-questao.html>)

As adjetivações feitas pelo militante da causa negra no Estado de Sergipe, Severo D’Acelino (2008), aos “militantes negros institucionalizados” (“Capitães do Mato do coletivo”, “carcereiros”, “decaptadores”, “delatores”, “informantes do poder”) nos convida a refletir sobre até que ponto este posicionamento específico traduz-se em posicionamentos generalizados acerca da forma como a presença de militantes negros nos espaços institucionais de governo é visto pelos militantes negros e pela população negra em Sergipe. Convida-nos, ainda, a refletir sobre os pontos de intersecção que permeiam a elaboração e efetivação de uma política de igualdade racial, assim como a existência de posições múltiplas acerca do tema e do pressuposto da participação de lideranças negras nos espaços institucionais. Como ficaria, por exemplo, a capacidade representativa das lideranças negras que assumem os espaços institucionais? Diante de posicionamentos tão variados em relação a causa negra e aos atores sociais escolhidos para representar esta causa (ou estas causas), como pensar na capacidade do consenso? Na maior participação da sociedade? No diálogo constante entre a esfera política e a social?

Por fim, podemos destacar a dúvida sobre as “reais condições de poder” como outro ponto conflitivo do atual debate da questão racial em Sergipe. Em entrevista ao CEAFFRO (2009), o militante negro e coordenador da Coordenadoria de Políticas Públicas de Igualdade Racial em Sergipe, Pedro Neto, revelou sua insatisfação em relação às condições de trabalho: “Fico apenas eu em uma sala, com um computador e internet” (c.f CEAFFRO, 2009:06).

Além da declaração deste representante, observamos, ainda, a partir de análise a cerca das instituições representativas da questão racial em Sergipe, outro fator de questionamento em relação a presença dos militantes negros nos espaços institucionais é no que se refere a inconstância do espaços concedidos aos mesmos e a falta de diretrizes que regulamentem o trabalho destes agentes. Exemplo representativo disso é a criação da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe em 2007 e sua rápida extinção em 2010 (e sua volta em 2011); a criação da Copir Municipal em 2011 e a sua extinção 2013; a falta de uma política/diretriz estadual que regulamente, institucionalmente, as ações de cunho étnico-racial no Estado; a subordinação das instituições de promoção de igualdade racial a secretarias com pressupostos nem sempre compatíveis com a ideia de igualdade racial, como a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Participação Popular.

Em sua amplitude, todos estes “discensos”, por trás de um discurso de consenso, nos convida a refletir sobre perspectivas muito diferentes de democracia: uma, que existe no discurso, prevê a aproximação entre Estado e sociedade civil, “aproximação da agenda”, minimizando as distâncias e os conflitos; e outra, que existe na prática cotidiana, denuncia a falta de representação, a ausência de canais de participação e a distorção a cerca do que deveria ser a questão racial negra.

## **2 - Os militantes “no poder”**

Ao longo de nossa pesquisa identificamos no Estado de Sergipe cinco instituições criadas sob a rubrica de “promotores da igualdade racial”. São elas a COPIR Estadual – Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe; a COPIR Municipal – Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial de Aracaju; a SMIR - Secretaria Municipal de Inclusão Racial de Laranjeiras; a Secretaria de Igualdade Racial de São Cristóvão; e a Secretaria de Igualdade Racial de Nossa Senhora de Socorro. Destas, tivemos acesso às três primeiras, sendo que as duas últimas não foram localizadas.

Os dados que mostraremos a partir de agora fazem parte do conjunto das entrevistas realizadas com militantes da causa negra que assumiram ou assumem alguma destas instituições de promoção da igualdade racial. Até o momento, entrevistamos 6 deles, num total de aproximadamente 9.

## 2.1 Primeiras impressões sobre “militantes negros no poder”

Ao longo de nossa pesquisa, adotamos como estratégia metodológica a realização de entrevistas com os militantes negros que assumiram coordenadorias ou secretarias de promoção da igualdade racial. Dentre as questões ressaltadas, procuramos evidenciar “como os militantes viam a participação de negros nas agendas de promoção da igualdade racial” e qual “as possibilidade de atuação dos mesmos quando atuantes nestes órgãos”.

No que se refere ao posicionamento dos militantes a cerca aproximação Governo/movimento negro, observamos, em sua unanimidade, a afirmação de que aquela era uma articulação necessária e bastante positividade para implementar Uma nova postura diante da questão racial. Mais que isso, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar ser esta condição um critério indispensável para se pensar na construção e implementação das políticas de igualdade racial, afinal, conforme nossos informantes, somente que “viveu na pele” o que é ser negro, é que poder buscar alternativas viáveis para o racismo sofrido:

Entrevista 3:

Por que **somente a militância negra sabe como é**, sabe realmente qual é a necessidade de consultar algum secretário, como Florival, uma acessória da prefeitura. Em vários campos a gente sabe que estes sujeitos quando ocupam eles fazem realmente a diferença em relação ao trabalho com o documento.

Entrevista 4:

Acho positivo, e vou dizer porque. Os movimentos sociais, e digo aí como um todo, eles se comportam de determinadas formas, o movimento social no Brasil ele teve a sua trajetória de luta... ele apontou para as mudanças estruturais, e ele está presente nas instâncias de poder, né, por isso eu acho positivo, porque foi essa posição que transformou o movimento negro. E é importante porque quando você cria uma secretaria de promoção da igualdade racial, naturalmente **quem teria autoridade para gerir seria realmente quem passou por isso**, e dentro de sua qualificação também, né, sua qualificação profissional, educacional... Mas é super importante, porque aí você está dentro da estrutura de poder, fazendo política pra aquele segmento.

A partir dos enunciados acima, observamos nos pressupostos de “autoridade”, “conhecimento” para falar “em nome de” a principal fonte argumentativa para a defesa da particularização da representação. Percebemos aqui um discurso bastante contemporâneo que vem sendo apontado por diversos atores como SANTOS e AVRITZER (2002), MOUFFE (1996) a cerca tematização dos espaços políticos pela necessidade de representar as identidades de grupos específicos.

Visto não somente como uma forma de garantir espaço nas decisões políticas, a participação institucional do negro coloca em evidência a afirmação positiva do mesmo. Sobretudo, uma visão positiva perante uma sociedade que, historicamente, impôs olhares e posições negativas sobre o negro, sua cultura e sua capacidade. Assim, afirmar que “hoje temos pessoas com capacidade de assumir cargos” traduz-se em afirmar que tem pessoas com “mérito próprio”, “capacidade profissional” e “compromisso” suficiente para participar das esferas institucionais e representar as demandas da população negra. Este é inclusive um argumento ressaltado historicamente pelo movimento negro, que assumiu em suas agendas reivindicações que visavam destacar a importância da presença da população negra nos espaços da política, na mídia (SODRÉ, 2000; ARAÚJO, 2000), em profissões “elitizadas” (como direito, medicina, engenharia).

Todavia, embora os entrevistados traduzam a certeza da importância de haver a aproximação entre Estado e sociedade civil, de afirmar e defender retóricas que dizem que atores excluídos devem

ser incluídos para representarem as suas demandas, há, por outro lado, a certeza de que, por si só, isso não é suficiente. Conforme podemos observar na “entrevista 1”,

“Isso é necessário, é positivo, claro que nós queremos ocupar o poder, isso é uma relação de poder, mas quando as pessoas não estão preparadas para isso, elas não conseguem fazer a comunicação. Porque é o seguinte, né, **os movimentos sociais brigaram a vida toda para fazer dessa parcela de busca de espaço e poder, quando essas pessoas ocupam esses serviços e espaços de poder elas esquecem qual é a sua função ali, então elas viram o super gestor institucional e ficam intocáveis**, então, o primeiro fato é, elas esquecem que foi uma construção política do movimento que ela participou que colocou ela neste espaço de poder, então a primeira coisa que elas fazem é se **dissociar de quem vinculou lá, de quem a colocou lá**, e aí isso é uma lástima porque ela não consegue mais se comunicar com o movimento e vira aquela relação... a relação não continua a mesma, do movimento com o governo, porque aquela pessoa não se comporta mais como militante do movimento social e sim como parte integrante do governo.” (Entrevista 1)

A “entrevista 1” coloca em evidencia o receio de uma possível desvinculação entre o militante antes de fazer parte das estruturas de governo e os militantes depois de fazerem parte desta estrutura. Este sentimento está ligado a incerteza com relação a preservação dos ideais após assumirem o cargo, sobretudo, tendo em vista as articulações políticas, o distanciamento em relação aos seus representados e o confronto entre falar em nome de causas coletivas ou em nome de causas próprias.

Outro ponto destacado pelos entrevistados é em relação às condições estruturais das instituições de promoção da igualdade racial. Estas funcionam com um quadro mínimo de funcionários, sem orçamentos próprios e com muita dificuldade de articulação com outras instituições/órgãos governamentais. Conforme observamos nas entrevistas 1 e 2:

Entrevista 1

Andam muito pouco essas coordenadorias, porque não têm recursos próprios, não conseguem essa comunicação com as demais secretarias e essa política intersetorial, aí esbarramos no racismo institucional.

Entrevista 2

Não, é da prefeitura, só que, um orçamento da Secretaria Municipal de Participação Popular. Mas é um orçamento também ínfimo demais, que não vem pra coordenadoria, vem pra Secretaria Municipal de Participação Popular, mas tem que pagar aluguel, todas as contas e tal... Eu não entendo mais porque é do departamento de finanças, mas eu sei que **o ano passado quando nós fizemos os eventos do mês da consciência negra, que é o mês de novembro nós tivemos que contar com a parceria da Secretaria de Educação; tivemos que contar com verbas até nossa mesmo, do próprio bolso, pra poder um momento ou outro tal né... E tivemos também que contar com a parceria de movimentos, como o do hip hop, esse foi nosso parceiro, é... a Universidade Tiradentes (Florival)**

A presença do racismo nas instituições governamentais é um dos fatores que implicam diretamente no prejuízo de uma maior efetivação de política racial. Isso porque, sem um trabalho transversal entre os demais órgãos que envolvem a organização política da sociedade, como os



vinculados a educação, a justiça, a segurança, a saúde, e tantos outros, não há como realizar qualquer política de inclusão que se queria.

Além do “racismo institucional” os entrevistados destacam ainda a falta de profissionais e orçamento próprio. Com o destaque destes problemas, fica evidente na relação Estado/Sociedade civil uma certa inversão de papéis. De “protetor” da sociedade, o Estado passa a ser protegido por ela: “tivemos que contar com verbas até nossa mesmo, do próprio bolso... E tivemos que contar com a parceria de movimentos, como o do hip hop, esse foi nosso parceiro...” (Entrevista 2). Dependendo tanto orçamentariamente quanto profissionalmente da “ajuda” de agentes internos ou externos a administração pública (como a Secretaria de Educação, Movimentos Sociais, instituições privadas, como a Universidade Tiradentes – Unit), a Copir acabou restringindo massivamente a sua capacidade de atuação. Afinal, sem estes dois requisitos, não há como estabelecer propostas mais tangíveis nem muito menos de continuadas.

### **Impressões Finais**

Se por um lado, o cenário político contemporâneo nos leva a supor que a participação de agentes específicos atuando como representantes institucionais de demandas específicas é um caminho viável para a consolidação da democracia, por outro, casos como o da militância negra no Estado de Sergipe nos faz pensar que esta equação não é tão simples quanto aparenta. Concorrem para isto, a lacuna que existe entre “ter acesso” às esferas institucionais de poder e ter condições de acesso para exercer o poder.

No caso da participação institucional dos militantes negros em Sergipe podemos dizer que a atuação destes acaba sendo bastante restrita, sobretudo, pelas condições estruturais de atuação (falta de orçamento próprio, profissionais), pela presença do racismo institucional e pela falta de uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos. Tais fatores implicam, diretamente, em um dado bastante revelador a cerca da “política de igualdade racial em Sergipe”: embora haja espaços de atuação de lideranças negras e embora haja instituições para tratarem diretamente da questão racial no Estado, o resultado deste quadro é a formulação de ações de pouco alcance ou de cunho assistencialista. De um modo geral, as ações implementadas acabam se resumindo a participação das lideranças em eventos, muitas vezes, com caráter mais solene; distribuição de cestas básicas ou realização/participação em eventos culturais. Diante disso, não há como falar em “militantes negros atuando na implementação de políticas de promoção da igualdade racial”, pois, dado a redução das possibilidades políticas e estruturais, o que há é a presença de um forte discurso na contrapartida de uma fraca política.

### **BIBLIOGRAFIA**

- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do negro: o negro nas telenovelas brasileiras**. SP, Ed. Senac, 2004.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedade Civil e Teoria Social**. In: AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora: 1994.
- ARATO, Andrew. **Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil**: orientações para novas pesquisas. Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. RJ:Paz e Terra, 2000.
- CEAFRO. **Informe sobre políticas e movimentos negros em Sergipe**. Set. 2009. Disponível em: [www.ceafro.ufba.br/web/index.php/publicacoes](http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/publicacoes)

DANTAS, Paulo Santos. **Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil**. Dissertação de mestrado defendida pelo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP:2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/pt-br.php>

SANTOS, Boaventura e AVRITZER, Leonardo. **Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático**. In: SANTOS, Boaventura. Democratizar a democracia: Os Caminhos da Democracia participativa. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**.

Ed. Vozes, RJ: 1999.

SOUZA, M<sup>a</sup> Érica Santana de. **Redes Sociais e Mediações no “Movimento Negro de Sergipe”**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (Salvador, BA), 2011.

\_\_\_\_\_. **Movimento Negro em Sergipe e Política Institucional: um estudo a partir de carreiras de militantes negros**. Dissertação apresentada ao NPPCS em julho de 2012.